



# **Reformar a figura do politico – Estudo da promoção do estatuto do político**

Proposta Política Sectorial ao XXV Congresso Nacional  
da Juventude Social Democrata

Ninguém duvida que, à data, vivemos momentos marcantes na história da democracia portuguesa. Momentos em que é quase inquestionável que a relação entre a política e os cidadãos está em valores mínimos e que não há confiança por parte da maioria da sociedade, nos actores políticos. Por isso, ninguém contesta que é necessário repensar a política, na pessoa do político.

Encontramo-nos num daqueles momentos particulares da nossa história, em que já não é possível deixar tudo na mesma, é necessário reformar.

Atravessamos uma época em que as pessoas estão a afastar-se cada vez mais da política. Os níveis de abstenção nas eleições são altos, muito porque há uma ideia geral, de grande parte da população, de que os políticos do nosso país - independentemente dos partidos em que estejam inseridos -, não são capazes de dar as respostas necessárias para a resolução dos problemas estruturais da sociedade. Há a crença de que, independentemente de quem vá para o poder, nenhum será capaz de acrescentar nada de novo ao que já é feito, e à realidade existente.

Por um lado, temos o cidadão comum que, desacredita dos representantes eleitos, influenciado não só por causa de expectativas criadas que resultam defraudadas, mas também por constantes anúncios mediáticos de políticos que são indiciados por corrupção, peculato, favorecimentos, etc. Ou seja, para o cidadão comum, o político é uma pessoa que não está lá para defender e lutar pelos interesses dos cidadãos, mas sim pelos interesses dos mesmos. A ideia é que se integram na política como um meio para atingir fins que não se coadunam com os pretendidos, em prol da sociedade. Quer queiramos ou não, este é o pensamento geral e temos de ser realistas.

Por outro lado, temos a pessoa do político, pessoa que deve proceder de maneira urbana e íntegra, mas que não está a ser devidamente protegida. Os políticos, são logo à “nascença” rotulados, quer queiram ou não, devido aos jogos políticos que muitas vezes assistimos, baseados em interesses de grupos, ou outras entidades. Os políticos são arrastados a manifestar publicamente opiniões contrárias às que defendem como reais e imperativas. Os políticos, muitas vezes são colocados em posições de enorme fragilidade, para que sejam satisfeitas certas exigências exteriores, exigências de outros grupos. As pessoas que gostam de política, neste momento têm receio de interagir com a política, têm medo de dar o seu contributo.

Numa análise geral, o papel do partido político é levar os seus membros ao poder político, influenciar o poder político de uma determinada sociedade e com isso defender as suas bandeiras e propor projectos e políticas públicas.

O objectivo final, portanto, é o bem comum.

No mundo actual, o poder político é o mecanismo que viabiliza projectos que mudam a vida das pessoas: o incentivo financeiro para pesquisas científicas; a construção de escolas; instalações elétricas e postes de luz; construção de pontes; viadutos, ruas; organização de bairros; atendimento sanitário; saúde pública; segurança pública; dependem directamente do poder político; etc.; É necessário que, um legislador crie a norma, que um administrador público execute, e que um julgador avalie e recomponha eventuais prejuízos sociais. Este é nosso conceito de sociedade de hoje em dia, baseado na tripartição dos poderes: legislativo, administrativo e judicial.

Numa análise mais concreta, o político é parte integrante específica neste contexto, no entanto, são demasiados os factores externos que influenciam negativamente o percurso do político: pressões sociais, interesses adversos que obstam à realização dos fins a que se propõe. Os políticos, principalmente os que ocupam lugares decisórios, têm de ser mais protegidos, necessitam não só de deveres, mas também de mais garantias para poder exercer com imparcialidade, integridade, e de acordo com os seus ideais, sempre tendo em mente, atingir os interesses da sociedade.

É necessária mais transparência na política, é necessária uma maior firmeza e clarificação nas decisões tomadas. Tendo em conta a finalidade do bem comum, o político, deve tomar as suas decisões de maneira isenta, íntegra e imparcial. Tal como o julgador no sistema judicial. Se o julgador pode ter privilégios e garantias, porque não pode o político-decisor as ter também?

Analisando de outro prisma, as pessoas que têm bastantes aptidões, e que até demonstram interesse em aplicar os seus conhecimentos para o bem comum, sentem algum receio de enveredar pela carreira política porque conseguem perceber que a protecção sobre os políticos é inexistente, as suas vidas passam a ser expostas de uma ponta à outra, e muito provavelmente, terão de limitar-se a seguir as indicações de outros, e preferem não arriscar. No entanto, se fossem dadas garantias, patrimoniais e pessoais, assim como certos privilégios à classe (principalmente nos políticos

representativos de órgãos decisórios), a figura do político passa a ser mais atrativa, se estes pudessem agir de uma forma mais independente e imparcial, e menos julgada.

Tendo em conta este enquadramento, temos de pensar seriamente numa forma de alterar esta realidade, e isso poderá passar pela criação de um estatuto do político, não necessariamente de todos, mas pelo menos daqueles que estejam destacados em órgãos decisórios, por exemplo, e fiquem assim salvaguardados nas suas esferas patrimoniais e pessoais. É fundamental analisar estas questões, e repensar o que podemos fazer ou não. O futuro somos nós, e o futuro tem de ser discutido hoje.

É urgente a reflexão sobre este tema, senão corremos o risco de que, com o passar das gerações, as pessoas com capacidades e motivação/vontade, na concretização dos interesses da sociedade tenham receio de enveredar pela política, e esta fique sujeita a interesses extrapartidários.

Medidas a adoptar:

- Criação de um grupo de discussão e análise do estatuto do político;
- Regulamentação do estatuto do político;
- Desenvolver e articular organismos reguladores;